

Dimensão Econômica da Globalização

Jorge Calvario dos Santos*

A independência econômica anda de mãos dadas com a independência política. Ao desejar a independência, não somos diferentes dos outros povos, como os Estados Unidos da América. Alguns podem chamar isso de nacionalismo e é o que realmente é: respeito, lealdade e entusiasmo pelo próprio país, além de legítimo otimismo e confiança em relação ao seu futuro.

(Walter Gordon, ex-Ministro das Finanças do Canadá, em “A Choice for Canada Independence or Colonial Status”, Toronto, 1966.)

Por que o processo de Globalização busca a abertura das economias nacionais? Essa é uma questão que a maioria dos indivíduos, provavelmente terá como resposta que só assim é possível o desenvolvimento, ainda que este não possa ocorrer, nessas condições. Entretanto, com a abertura dos mercados, as grandes corporações passam a interferir, conduzir e mesmo determinar o mercado dos países mais fracos. Com a economia conduzida e controlada por um poder exógeno, o país não consegue definir seus próprios rumos.

Olhando um pouco para o passado, através dos olhos de Karl Polanyi, vemos que a civilização do século XIX teve sua sustentação em quatro instituições: sistema de equilíbrio de poder; padrão ouro internacional; mercado auto-regulável; estado liberal. Duas são instituições políticas e duas são econômicas. Duas são instituições internacionais e duas são nacionais. Entre si, diz Polanyi, elas determinam os contornos característicos da história de nossa civilização (Polanyi, 1988).

Polanyi nos diz ainda: *“a origem ou a fonte do sistema foi o mercado auto-regulável. O padrão ouro foi um esforço para ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional. O sistema de equilíbrio de poder foi uma superestrutura erigida sobre o padrão ouro e nele,*

* Cel Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ, Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

parcialmente fundamentada. O Estado liberal foi uma criação do mercado auto-regulável. A chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado” (Polanyi, 1988).

Assim sendo, é natural que o sistema de equilíbrio de poder, vigente no século XIX, não poderia assegurar a paz, caso a economia mundial, sobre a qual repousava, viesse a fracassar. A ruptura ocorreu, e de forma abrupta, assim que a economia entrou em colapso. Ainda que a séria crise, pela qual a civilização passou tivesse sido regulada pelo fracasso da economia mundial, certamente, não foi sua causa. Os indicadores levam à convulsão tecnológica e social, no início do século XIX, a partir da qual surgiu na Europa a idéia do mercado auto-regulável, fonte das principais crises. O colapso do padrão ouro internacional, então vigente, foi o elo invisível entre a desintegração da economia mundial na passagem do século e a transformação ocorrida na década de trinta. A transformação ocorreu rapidamente. A Primeira Guerra Mundial e as revoluções que ocorreram no pós-guerra faziam parte do século XIX. A Segunda Guerra Mundial é sua extensão.

A quebra do padrão ouro levou à destruição de importantes instituições da sociedade do século XIX. Em muitos países o governo liberal foi substituído por ditaduras totalitárias e o livre mercado foi substituído por uma nova forma de economia. Ao observador atento é possível identificar fortes semelhanças entre este final do século XX e o século XIX. As ditaduras existem, desta vez, porém, apoiadas pelos promotores do livre mercado e de forma não aparente na verdade com uma imagem democrática, porém uma democracia aparente, de fantasia, que defende os interesses de uma economia liberal, do mercado auto-regulável.

Em resumo, como objetivo explícito tem-se o reforço da dominação dos países centrais sobre os demais países do mundo. A penetração crescente dos interesses capitalistas nos países periféricos e a implantação de regimes democráticos puramente formais como forma de diminuir os riscos de tensões sociais que coloquem o capitalismo ou os objetivos estratégicos desses países em risco, são exemplo nítido desse processo de dominação.

Constata-se que a economia mundial é uma sucessão de crises intercaladas por regulações e desregulações. Morin diz que *“Profundamente regulada, ela não cessa de restabelecer regulações oficiais, freqüentemente às custas de destruições (de excedentes, por exemplo, para manter o valor monetário dos produtos) e de prejuízos humanos, culturais, morais e sociais em cadeia (desemprego, progressão do cultivo de plantas destinadas à droga). O crescimento econômico, desde o século XIX, foi não apenas o motor, mas também o regulador da economia, fazendo aumentar simultaneamente a demanda e a oferta. Ele produziu melhorias consideráveis no nível de vida, ao mesmo tempo provocou perturbações no modo de vida.*

De toda forma, vemos instalar-se e manifestar-se no interior do mercado mundial:

- 1. a desordem nas cotações das matérias-primas com suas consequências em cadeia desastrosas;*
- 2. caráter artificial e precário das regulações monetárias (intervenções dos bancos centrais para regular o movimento de trocas, para impedir, por exemplo, as quedas do dólar);*
- 3. a incapacidade de encontrar regulações econômicas aos problemas monetários (as dívidas externas, entre as quais a dos países em desenvolvimento estimada em 100 bilhões de dólares) e regulações monetárias aos problemas econômicos (abandonar ou restabelecer a liberdade do preço do pão, do cuscuz, etc.), os quais são ao mesmo tempo problemas sociais e políticos;*
- 4. a gangrena das máfias, que se generaliza em todos os continentes;*
- 5. a fragilidade diante das perturbações não estritamente econômicas (fechamento de fronteiras, bloqueios, guerras);*
- 6. a concorrência no mercado mundial, que acarreta a especialização das economias locais ou nacionais; isso provoca uma solidarização cada vez mais vital entre cada um e todos, mas, ao mesmo tempo, em caso de crises ou de perturbações sociais e políticas, a destruição dessas solidariedades seria mortal para cada um e todos” (Morin, 1995).*

Uma máquina infernal pôs-se em funcionamento. A economia internacional impõe a qualquer preço um constante acréscimo de produtividade, que é essencialmente destinado à redução dos custos para possibilitar novos acréscimos de produtividade, formando dessa maneira um círculo vicioso,

sem fim, sem destino e sem vínculo com o homem, a verdadeira razão de ser da economia.

A economia diversifica ou amplia sua área de atuação. Ela passa a querer explicar questões políticas, sociais e formas de governar. Ainda assim, parece esquecer que o homem é o objeto maior de todas as coisas.

5.1 - Dependência e Controle dos Mercados

“As fábricas americanas estão produzindo mais do que o povo americano pode usar; o solo americano está produzindo mais do que o povo americano pode consumir. O destino escolheu para nós a política a adotar; o comércio do mundo deve ser, e será, nosso ...”
Senador Albert J. Beveridge – 1898

A economia liberal durante quase trezentos anos constituiu um paraíso, convivendo com o domínio mais cruel e violento do colonialismo de ocupação na África, na Ásia e na Oceania. O desenvolvimento das nações da América Ibérica também foi prejudicado. No Brasil, a história nos mostra que o liberalismo atrasou a industrialização por cem anos, promovendo dessa forma a dependência externa.

O objetivo de Portugal, quando se lançou às grandes navegações, não era descobrir novas terras, mas controlar o comércio marítimo. Para controlar os mercados e o comércio marítimo, os portugueses instalaram pontos de apoio na África, Índia e Ásia.

Foram os conhecimentos da Escola de Sagres que permitiram aos portugueses descobrir novos caminhos marítimos. O controle de todas as rotas marítimas era um objetivo português. Toda embarcação que não dispusesse de uma permissão, dada por Portugal, era impedida de navegar por rotas portuguesas. Embarcações que não apresentassem a autorização, as “Cartas”, eram tratadas como piratas e apresadas. Podemos negar que a expansão portuguesa pretendia o monopólio dos mercados? O mesmo podemos dizer dos espanhóis? Num período de sessenta anos, nenhuma nação conquistou tantas terras.

A expansão marítima holandesa teve como objetivo maior a acumulação de capital. O controle dos mercados foi um passo fundamental.

Ao final do século XV a Inglaterra promove a nacionalização de sua economia. O Estado passa a estimular e controlar o comércio. A partir de então a importação de vinhos franceses só poderia ser feita através de navios

ingleses. Por decisão de Henrique VII o fretamento de navios estrangeiros só poderia ser feito se não houvesse embarcações inglesas disponíveis. Inicia-se o expansionismo naval britânico, que proporcionará condições para controle dos mercados em todo o mundo.

Ferro observa que Walter Raleigh, um teórico do imperialismo marítimo, aprofunda a visão político-estratégica: *“Quem comanda o mar comanda o comércio; Quem comanda o comércio comanda a riqueza do mundo, e por conseguinte o próprio mundo ...”* (Ferro, 1996).

O tratado de Alcaçovas assinado com a Espanha em 1479, garantiu a Portugal o monopólio do comércio com a África negra. Portugal buscava novo monopólio de maior potencialidade. Como objetivo estratégico, conseguiu que a linha demarcatória, prevista pela Bula Inter-Coetera, fosse deslocada para 270 léguas a oeste. A nova linha, após o Tratado de Tordesilhas, agora com 370 léguas (100 mais 270 léguas) a oeste de Cabo Verde e Açores, dava a Portugal o controle da região do estrangulamento do Atlântico. Essa nova divisão, realmente, permitia que Portugal pudesse exercer o controle das rotas marítimas e dos mercados do mundo ativo, à época.

Os colonos da América do Norte eram vistos pela Inglaterra como consumidores e mão-de-obra, que lhes exportavam matérias-primas a bom preço e a quem vendiam produtos manufaturados. O monopólio inglês no comércio, com as suas colônias ultramarinas, funcionava em benefício das indústrias inglesas conquanto que os colonos da América do Norte, nada fabricassem e tudo importassem da Inglaterra.

Ferro, em “História das Colonizações” (Ferro, 1996), referencia André Gide, em seu livro “Viagem pelo Congo”, que relata que os colonizadores *“fincavam suas bandeiras em nome dos direitos humanos, da igualdade, justamente, do Habeas-Corpus e da liberdade, sem enxergar que violavam seus princípios de ação”*.

Para Gide não existiam exceções. Toma Bugeaud como o melhor exemplo. Durante sua atuação na Argélia, Bugeaud assim se expressou: *“Na Europa, não guerreamos apenas contra os exércitos, guerreamos contra os interesses ... controlamos o comércio nas alfândegas e esses interesses são forçados a capitular ... Na África só existe um interesse a ser*

controlado, o interesse agrícola ... é mais difícil controlá-lo do que em outro lugar, pois não há povoados nem propriedades rurais. Refleti sobre isso bastante tempo, ao me levantar e ao me deitar: pois bem, não consegui descobrir outra maneira de dominar o território, a não ser controlando esse interesse”.

Cecil Rhodes, inglês, ardoroso defensor do Império Britânico, também chamado “construtor de Impérios” queria colocar o mundo sob as leis britânicas, tendo chegado a dizer que “*Se eu pudesse, anexaria até os planetas ...*”. Quanto à África, assim se expressou: “*Afinal de contas, não vamos deixar a África para os pigmeus, quando uma raça superior se está multiplicando ... Não tenho escrúpulo em pegar de Mankoarane o território de Bechuanalândia ... Esses indígenas estão fadados a serem dominados por nós ... O indígena deve ser tratado como uma criança, e a franquia eleitoral lhe é proibida pelas mesmas razões do álcool*”. Quanto à colonização, assim referiu-se em outra oportunidade: “*O objetivo da colonização é enriquecer sem escrúpulos e com decisão nosso próprio povo, às custas de outros povos mais fracos*” (Ferro, 1996).

Quanto à presença inglesa na Índia, Jawaharlal Nehru escreveu (Ferro, 1996): “*Uma das características mais notáveis da dominação inglesa na Índia é que os piores males que ela infligiu a esse povo apresentam externamente o aspecto de dádivas de céu: estrada de ferro, telégrafo, telefone, rádio e o resto foram bem-vindos, eram necessários e somos muito gratos à Inglaterra por tê-los trazido. Mas não devemos esquecer que o seu primeiro objetivo era o fortalecimento do imperialismo britânico em nosso solo, permitindo a consolidação da vigilância administrativa e a conquista de novos mercados para os produtores da indústria inglesa. Entretanto, apesar de todo o meu rancor pela presença e pela conduta dos senhores estrangeiros, eu não tinha nenhum ressentimento pelos ingleses como indivíduos. No fundo de mim mesmo, até admirava essa raça*”.

Em 1965, Kwame Nkrumah, presidente de Gana, escrevia (Ferro, 1996): “*A essência do neocolonialismo é que um Estado que é teoricamente independente e dotado de todos os atributos da soberania tem, na realidade, sua política dirigida do exterior*”.

Nkrumah estava se referindo a nova situação das ex-colônias. Os antigos colonizadores não mais ocupavam o

território. Não mais controlavam as ex-colônias de dentro do território. Agora, o controle assumiu nova face. Programas de ajuda ao desenvolvimento, passaram a ter a função de um governo invisível, onde organismos multilaterais de crédito e de fomento ao desenvolvimento atuam no sentido de internacionalizar os mercados dessas nações.

A partir dos anos sessenta, a atuação das empresas transnacionais em outros territórios, que não o de origem, gerou tamanha dependência, que a maioria das nações, antigas colônias, encontram-se numa condição de pobreza pior do que a que tiveram quando colônias.

A rigor, a dependência do Brasil inicia-se antes da nossa própria independência. A dependência externa tem início ainda no período colonial. Em 1654, Cromwell submete Portugal à Inglaterra. Como consequência direta, os ingleses passaram a controlar o vasto mercado mundial sob influência portuguesa. Essa situação foi consolidada com o Tratado de Methuen. A partir da vigência desse tratado, Portugal fica restrito a exportação de vinhos e azeite de oliva, e entrega seu mercado interno e o de suas colônias à Inglaterra. Em seguida, os ingleses apropriam-se das vinhas e oliveiras.

Com o Tratado de Methuen, a Grã-Bretanha aniquilou a florescente indústria de tecidos de Portugal, incrementada pelo Conde de Ericéia. Ei-lo, na íntegra (Sodré, 1986):

“Artigo. 1º - Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio Nome como no dos Seus Sucessores, admitir para sempre de aqui em diante, no Reino de Portugal, os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até o tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo 2º - É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em Seu Próprio Nome, e no de seus Sucessores, será obrigada para sempre, de aqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir direitos de Alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título direta ou indiretamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais que o que se costuma pedir para igual quantidade ou

medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo Terça parte do direito do costume.

Porém se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, que será feito, como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá justa e legitimamente proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra.

Artigo 3º - Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem e tomam sobre si, que Seus Amos acima mencionados ratificarão este tratado, e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações”.

Amparado por lei, o comércio inglês concorria com o português, no próprio território de Portugal.

O Tratado de Methuen, datado de 1703, torna o Brasil, ainda que indiretamente, mas de fato, uma colônia econômica da Inglaterra. Tal situação, institucionalizada com a Abertura dos Portos e o Tratado de Aliança e Progresso, em 1808, cortou os projetos de industrialização, almejados por D. João VI. Naquela época, a industrialização era um óbice aos interesses industriais e comerciais ingleses, já em plena expansão e em busca do domínio dos mercados para seus produtos industrializados.

A exclusão do Brasil da Primeira Revolução Industrial foi consequência natural do Tratado de Methuen e da Abertura dos Portos. Em meados do século XVIII, o Brasil, em Minas Gerais, iniciou uma próspera fabricação de tecidos. O comércio inglês ressentiu-se com o desenvolvimento industrial brasileiro. A Inglaterra passou a exercer fortes pressões e ameaças, obrigando Portugal a assinar o alvará, de 5 de Janeiro de 1785, que, sob ameaças de graves penas, determinava a destruição de todas as fábricas, manufaturas, teares e fusos existentes no Brasil. O alvará, assinado por D. Maria I, de inspiração inglesa, fez com que nossa incipiente industrialização fosse destruída. O Decreto assim dizia: (Azevedo, 1989) *“Eu, a Rainha, hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos ou de bordados de ouro e prata; de veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de qualquer outra qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores; e de panos, baetas, doroquetes, saetas, ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã ... sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil”.*

Nas instruções do Ministro de Portugal, Martinho de Melo e Castro, ao vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos Souza, que foram enviadas junto com o Alvará da rainha, transparece a grande preocupação de Portugal:

“Quanto às fábricas e manufaturas, é indubitavelmente certo que, sendo o Estado do Brasil o mais fértil e abundante em frutos e produções da terra, e tendo seus habitantes, vassalos desta coroa, por meio da lavoura e da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para sustento da vida, mas muitos artigos importantíssimos para fazerem como fazem, um extenso e lucrativo comércio e navegação; e se a estas incontestáveis vantagens ajuntarem as da indústria e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades precisas, ou que o uso e costume têm introduzido, ficarão os ditos habitantes totalmente independentes da sua capital dominante; é por conseqüência indispensavelmente necessário abolir do Estado do Brasil as ditas fábricas e manufaturas” (Azevedo, 1989).

Os portugueses estavam certos. Pouco tempo depois, surgiu um movimento pela independência, que foi sufocado às custas de muito sangue. No programa dos inconfidentes constava a intenção de *“montar fábricas de tecidos de algodão e forjas de ferro, assim como fábricas de pólvora”*.

Pelo Tratado de Methuen, as manufaturas de lã produzidas pela Inglaterra tinham acesso ao mercado português em condições bastante favoráveis. Algumas décadas mais tarde, os governantes portugueses se deram conta de que a ausência de uma indústria manufatureira no reino português obrigava a que a riqueza gerada no Brasil terminasse por ser transferida à Inglaterra ao invés de se fixar em Portugal. Esse processo beneficiava e fortalecia a indústria inglesa. O Marquês de Pombal, responsável pela administração portuguesa, comentou (Azevedo, 1989): *“Os negros que trabalham nas minas do Brasil devem ser vestidos pela Inglaterra, e assim o valor de sua produção depende do preço de suas roupas. Para trabalhar as minas, necessário se faz um grande capital invertido em escravos. Acrescente-se a isso a alimentação e o vestuário de mais de cem mil pessoas, negros e brancos, que as minas atraem para o Brasil e cuja alimentação não é obtida na colônia, devendo ser adquirida no estrangeiro. Afinal, para suprir as necessidades materiais do país, que desde a descoberta das minas perdeu suas*

manufaturas e artes, todo o ouro produzido se torna propriedade de nações estrangeiras. Que riqueza essa, Deus meu!, cuja posse implica a ruína do país”.

O decreto de Abertura dos Portos e o Tratado de Liberdade para as Indústrias de 1810, que se seguiu, transferia à Inglaterra o controle do nosso mercado interno como consequência do controle do mercado externo por ela exercido. À Inglaterra não interessava que o Brasil viesse a se industrializar.

O Tratado de 1810 entregava à Inglaterra o privilégio do comércio exterior do Brasil. Antes mesmo da assinatura, Hipólito da Costa prevenia os brasileiros contra as negociações. O Tratado permitia a exportação de manufaturas inglesas para o Brasil, mas não obrigava a Inglaterra a receber produtos brasileiros. O sistema colonial britânico abasteceria a Inglaterra. A Inglaterra impunha tarifa protetora dos produtos manufaturados ingleses o que se constituía em monopólio. O Tratado estabelecia a obrigatoriedade de um juiz, nomeado pela Inglaterra, para o julgamento dos litígios com os ingleses. Os portugueses ficavam sujeitos à justiça britânica como estrangeiros.

O jornal Correio Brasiliense apontava os óbices, criados pelo Tratado, ao desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil. Hipólito da Costa, em um dos seus artigos escreveu (Sobrinho, 1995): *“É verdade que, depois de estar uma nação ligada por tal Tratado de Comércio, recomendar-lhe que cuide de sua prosperidade é o mesmo que deitar um homem ao mar com um peso ao pescoço e dizer-lhe que se esforce a nadar para terra. Porém, se o peso não for tão grande que absolutamente o faça mergulhar logo, é de seu dever esforçar-se para chegar à praia. Nestes termos, ainda que o Tratado seja, como convém todos hoje em dia, um grande impedimento à prosperidade do Brasil, contudo, como isto já não tem remédio, deve-se olhar para os ramos de indústria e prosperidade nacional que admitirem melhoramento, e nadar com o peso ao pescoço o melhor que puder ser”.*

O Tratado de 1810 com a Inglaterra anulava o da abertura dos portos. Por este, assinado em 1808, as nações amigas pagariam o direito de alfândega de 24%, enquanto os produtos portugueses seriam taxados em 16%. O bilateral de 1810 passava a taxar os produtos ingleses em 15% mantendo os 16% para os portugueses e os 24% para as demais nações

amigas. É importante assinalar aqui que, sob essa verdadeira máscara diplomática em que se disfarça, sob reiteradas afirmações de “reciprocidade”, ocorreu uma perfeita subordinação do Brasil aos interesses ingleses (Aguiar, 1969). Tal como hoje, não faltavam cidadãos que não percebessem a terrível condição subalterna. Carecia, porém de poder de autodeterminação. Não é de admirar, como diz Pinto de Aguiar, a efervescência política e social que desencadearia toda uma seqüência de revoluções a prolongar-se até os fins da Regência.

Para reconhecer a independência do Brasil, as nações européias e os Estados Unidos mantiveram nossa economia dentro da monocultura do café. A crise da superprodução do café transformaria em parte esse nosso cenário econômico.

A independência do Brasil só foi reconhecida pela Inglaterra em 18 de outubro de 1825. Para isso, o Brasil foi obrigado a aceitar um empréstimo, com o qual ficamos economicamente escravizados. Predominou o mercantilismo (D’Albuquerque, 1941). *“Nem será exagero afirmar que a política externa britânica nunca esqueceu que a prosperidade comercial é a condição da grandeza e força da Grã-Bretanha. O grande Pitt disse uma vez que ‘British policy is british trade’. E, muito mais perto de nós, Joseph Chamberlain confirmou a famosa frase, declarando que O Império é o comércio”.*

Barbosa Lima Sobrinho referencia a apreciação de Oliveira Lima em seu livro “Desde Quando somos Nacionalistas?” (Sobrinho, 1995): *“A Grã-Bretanha nunca exerceu sobre o Brasil uma espécie de protetorado que, sob o disfarce da aliança, de há séculos exerce sobre Portugal, encontrando nuns tempos certa resistência, noutros maior docilidade. Gozou, porém, aquela nação, no Império, de privilégios, que fazem pensar no que as potências ocidentais da Europa impuseram no Oriente, com o regime das capitulações. Em virtude do Tratado de Comércio de 1827, não era lícito ao Brasil aumentar os direitos de importação além dos 15%, estabelecidos sobre as mercadorias inglesas, mesmo quando fossem aumentados sobre as mercadorias de outra procedência. As presas efetuadas em consequência do contrabando de escravos eram, a começo, julgadas por comissões mistas anglo-brasileiras, com sede no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, na costa da África, mas ao passo que os cidadãos brasileiros eram sujeitos, na Inglaterra, aos*

tribunais ordinários, as causas cíveis e criminais dos súditos britânicos eram, no Brasil, da alçada privativa de um juiz conservador britânico, escolhido pelo governo inglês, dentre os desembargadores brasileiros. A missão Ellis, em 1842, pretendeu mesmo, posto que sem resultados, porque o sentimento público se lhe opôs fortemente, obter a criação dum tribunal misto, para os litígios ocorrentes, no Império, entre ingleses e brasileiros, e entregar o julgamento dos navios negreiros apresados somente a magistrados britânicos. Em troca, prometia o diplomata, que o seu governo concederia favores especiais ao comércio nacional na Grã-Bretanha”.

A abertura dos portos a nações “amigas” e, por imposição do governo inglês, a manutenção do “status quo”, ou seja, manter a institucionalização de dependência não sofreu alterações nem com a independência, nem com a implantação da República, em 1889. Na prática, essa situação, ou melhor, essa condição somente veio a ser de alguma forma modificada com a Revolução de 1930, que trazia no seu seio os ideais do Movimento Tenentista. A partir de 1930, a consciência nacional parece que deixou de ser um tanto adormecida e uma onda otimista de desenvolvimento tomou conta do Brasil. O movimento armado de 1964 procurou consolidá-lo. Foram cerca de 50 anos de crescimento em todos os aspectos. Mas a dependência não foi eliminada. Através do sistema financeiro internacional, o Brasil acaba por ficar refém da dívida externa, e conseqüentemente, em posição subalterna junto às nações hegemônicas e ao sistema financeiro internacional. Na verdade, de 1703, a partir do Tratado de Methuen até os nossos dias, nada mudou.

É oportuno entender a extensão da ambição e da cobiça internacionais. Para tanto, é importante identificar que as intenções colonizadoras dos denominados Estados Diretores não se encerraram com a “ilusão” das libertações das antigas colônias. Na verdade, o processo possui uma nova face, um novo modo de apresentar-se.

O Brasil entrou no campo de interesses dessas nações, a partir do momento em que Portugal inicia seu processo de queda como grande potência, à sua época. A ascensão da Inglaterra a leva a ocupar o lugar até então de Portugal. A fuga da família real portuguesa para o Brasil sob a proteção

da armada britânica é importante para marcar a ascensão britânica e a submissão portuguesa.

Com a intenção de mostrar os fundamentos das relações com as nações centrais ou mais industrializadas, transcrevo trechos e comentários de uma longa reportagem do “Times” de Londres, na época vitoriana, que foram reproduzidos no livro “De Estado Servil a Nação Soberana” (Vidal, 1988).

“A matéria apresenta o mérito de estar comentada por Eça de Queiroz em uma de suas famosas ‘Cartas da Inglaterra’. Ela é baseada no trabalho de um enviado especial do próprio Times que, durante um ano, realizou levantamentos sociais, econômicos e políticos na América Ibérica, ensejando a publicação de uma série de extensos artigos. No último da série, então enfocados – relativamente ao Brasil – o comércio, a indústria, a cultura, a religião, o caráter nacional, a educação, a Constituição, a República; enfim, tudo. Nele se percebe que as intenções metropolitanas de então pouco se distinguem das atuais, embora geograficamente o poder maior tenha deslizado de Londres para Washington (DC) e os métodos de dominação e controle tenham se sofisticado de modo extraordinário. No geral, os artigos dão ao Peru, Bolívia, Equador e outros países uma imagem que Eça considera ferina e negra. Essa gente, diz o enviado, “vive numa indolência vil, que não é incompatível com muita arrogância e muita exagerada vaidade. Desse torpor só rompe por acesso de frenesi político”. A isto acrescenta Eça: “Isto é cruel e não sei se é justo: mas entre estas linhas palpita todo o rancor de um inglês possuidor de maus títulos peruanos”. Quando o enviado procura contrapor à agressividade dos hispano-americanos a docilidade brasileira, Eça acrescenta: “O Brasil é português e não espanhol: isto explica tudo”.

“O vadio das ruas de Lima, Caracas ou Buenos Aires nutre um soberano desprezo pelos juízos que a Europa (leia-se Inglaterra) possa formar de suas tragicomédias políticas. Não tem consciência de coisa alguma a não ser de seu sangue castelhano ... Sente decerto o inconveniente de ser expulso do crédito e das bolsas da Europa”. Evidentemente, o enviado do Times e demais conterrâneos de Drake já não se lembravam que esses centros financeiros foram lastreados como resultado de pilhagens em várias cidades da América Ibérica por piratas ingleses em brutais incursões durante as quais assassinavam, em massa, a população. O mais interessante vem a seguir: “O

financista brasileiro, porém, esse presta uma tão respeitosa atenção ao temperamento das bolsas de Londres e Paris ...". Trata-se, como se vê, de um afago ao subjugado subserviente. Muitas figuras atuais das nossas finanças continuam a fazer jus a esses carinhos. A isso, Eça reage irônico: "Mas, onde o Times se engana é quando pretende que o Brasil deva ao seu sangue português esta bela qualidade de obedecer aos juizes do mundo civilizado". Aproveita, então, o autor lusitano, para desancar contra o marasmo e a estupidez portuguesa da época. A benevolência do correspondente do Times para com o Brasil vai mais longe: "Em riquezas e aptidões o Brasil leva gloriosamente a palma às outras nacionalidades da América do Sul". É pena, acrescenta: "Dez milhões de homens (a população do Brasil à época) estão perdidos num estado maior que toda a Europa com uma linha de costas de 4 mil milhas de comprimento ... O Brasil exporta em valor de gêneros a Quarta parte menos do que o diminuto reino da Bélgica". Eça acrescenta: "O Times, todavia, tem a generosidade de admitir que nem a densidade da população, nem o total das receitas, nem as cifras das exportações constituem a felicidade de um povo e a sua grandeza moral". "Todavia, continua o Times, "se a escassez da população, de rendimento e de comércio, não colocam o Brasil num estado de adversidade, são uma prova que faltam a esse povo alguma das qualidades que fazem a grandeza das Nações". Depois lamenta "a ambição que têm os brasileiros de fazer tudo por si mesmos, vendo com aborrecimento as grandes obras entregues à perícia estrangeira, preferindo os esforços da ciência e do talento nacionais, ainda mesmo quando eles falham". Aqui vemos quanto perdemos dessa nobre ambição, aceitando – faz três décadas – um "modelo" de crescimento econômico que precisamente rejeita essa postura. A afirmação do enviado do Times serve, contudo, para comprovar que a atitude de dependência não é intrínseca a nossa cultura. Em seguida vem o porrete: "Mas enquanto o brasileiro se mostra assim, em teorias políticas e administrativas, ansioso por fomentar ele mesmo, por ele mesmo fazer todas as obras de seus 5 milhões de milhas quadradas, a suas mãos repugnam agarrar o rabo da enxada, ou tomar a rabiça do arado, que é justamente o serviço que a natureza reclama dele". A natureza ou a conveniência da Inglaterra? O Times vai mais longe e começa a abrir o jogo: "O brasileiro ou tem de trabalhar por suas mãos

ou então larga a rica herança que é incompetente para administrar. À maneira que o tempo se adianta, vai-se tornando uma positiva certeza que todos os grandes recursos da América do Sul entrarão no patrimônio da humanidade ...". "A civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os Estados do Sul da América, permaneçam estéreis e inúteis e que, se os possuidores atuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão entregar a mãos mais fortes e mais hábeis". A isto Eça adiciona: "É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina ...". Continua o Times, ainda com mais ferocidade: "No Peru, na Bolívia, no Paraguai, no Equador, na Venezuela ..., em outros mais, os atuais ocupadores do solo terão de gradualmente desaparecer e descer àquela condição inferior, que o seu fraco temperamento lhes marca como destino". "Nunca se escreveu tão ferino" diz Eça. Continua ainda o Times: "O povo brasileiro, porém, tem qualidades excelentes e a Inglaterra não chegará prontamente à conclusão de que ele tem de partilhar a sorte de seus febris e casmurros vizinhos". "Mas, dadas as condições do seu solo, o Brasil mesmo tem de escolher entre um semelhante futuro ou então o trabalho." ... "Se o seu destino tivesse levado os brasileiros para outro canto do continente, nem tão largo, nem tão belo, poder-se-ia permitir-lhes que passassem a existência numa grande sonolência". "Mas ao brasileiro está confiada a décima quinta parte da superfície do Globo: essa parte, é toda ela, um tesouro de belezas, riquezas e felicidades possíveis; e de tal responsável, o brasileiro tem de subir ou cair ..." Eça conclui advertindo que "o Times é uma espécie de consciência escrita da classe média e que sua prosa é a matéria-prima de que se faz o estofado da opinião na Inglaterra ...".

A Globalização da economia mundial tem sido apresentada como inexorável, como inevitável, como um objetivo e mesmo como uma receita que trará bons frutos. O processo da Globalização é transmitido ou divulgado como irreversível, direcionado para um futuro de paz e prosperidade, onde o moderno é o desejado. Essa Globalização permitiria a redução gradual do subdesenvolvimento. Para tanto, todas as nações deveriam eliminar os óbices aos movimentos internacionais de capitais e abrir seus mercados.

Globalização, no que se refere à economia, é parte de uma massiva e distorcida percepção. É usada com a conotação de um processo, cujos benefícios têm abrangência mundial, o que não ocorre. Alcança apenas áreas onde existem pessoas ou instituições com disponibilidade financeira, cujos governos tenham planejado a abertura das economias de outros países, com a orientação e o apoio do Fundo Monetário Internacional, com o propósito de produzirem e repatriarem para seus países, vultuosos lucros (Childers, 1997).

O tempo passou e nada mudou, apenas o discurso toma nova roupagem, onde a economia é o tema central. A Globalização da economia mundial tem suas raízes fortemente associadas à expansão das corporações transnacionais. Essas gigantescas corporações, possuidoras de módulos de produção localizados em diversos territórios, agem como se a economia fosse global, como se não existissem fronteiras entre as nações. Praticam um comércio dentro da própria organização (Guimarães, 1993).

Sendo a Globalização considerada como um processo inexorável e em pleno curso, negociações são realizadas para a redução de obstáculos aos fluxos de bens entre nações. Dentre elas, temos as rodadas de negociação comercial do GATT (“General Agreement of Trade and Tariffs”), atual OMC (Organização Mundial de Comércio). A rodada de Negociações Comerciais Multilaterais, denominada Rodada do Uruguai, iniciada em 1986, constituiu-se em forte e amplo esforço no sentido da globalização da economia mundial, o que representa (e que de fato vem acontecendo), o aumento das restrições comerciais para os países não desenvolvidos. Para manter esse estado, os países desenvolvidos pretendem que a Organização Mundial do Comércio passe a ter vínculos de controle pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (Childers, 1997).

O processo de internacionalização das economias, ainda que não iniciado no período pós-guerra, tomou impulso nessa época, vindo acelerar-se a partir da década de 80. Na última década, o processo de internacionalização da produção é explicado pelas transformações globais nos setores tecnológico, organizacional e financeiro, principalmente. O avanço desse processo é o determinante fundamental do

fenômeno conhecido como processo da Globalização da economia.

Importantes mudanças tecnológicas e organizacionais beneficiam o capitalismo e se refletem nas relações econômicas internacionais. Essas mudanças foram captadas nas empresas transnacionais, que efetivaram transformações em suas estratégias de atuação.

A contribuição da tecnologia tem sido marcante nas últimas duas décadas, o que tem possibilitado uma revolução em diversas áreas da atividade humana. O surgimento de novas tecnologias tem levado a mudanças que afetam quase toda a estrutura industrial. As telecomunicações, o transporte, a administração e outros têm sofrido significativas transformações.

A atuação das empresas transnacionais no sentido de expandir seus negócios, tem sido uma constante. Por decorrência, a dependência das nações menos desenvolvidas tem crescido continuamente, enquanto que tais empresas aumentam seu poder. Essa mudança, inicialmente conhecida como transnacionalização, tem implicações nas áreas do desenvolvimento econômico e tecnológico. Entretanto, sofre grande influência a Expressão Política. As relações de poder entre os Estados toma forma diferente. O poder e o controle que essas empresas detêm é fruto da utilização de técnicas modernas de tratamento da informação, utilização de redes de computadores de abrangência mundial e esquemas de eficiência holística, o que representa eficácia transnacional econômica, social, cultural, política e militar.

A preocupação inicial das corporações transnacionais foi a de implantar a harmonia intracapitalista na sua amplitude global. Após terem atingido esse objetivo, caminham no sentido de redefinirem, em profundidade, os conceitos de segurança, estabilidade, ordem e democracia. Dito de outra maneira, procuram formar uma base de controle mundial que não se reduz tanto aos governos nacionais, mas também às corporações transnacionais. Essa dimensão estratégica desloca o centro das atenções ou dos interesses para o controle de energia, alimentação e tecnologia, procurando, sempre, manter um processo acumulativo interno.

Um estudo da realidade econômica brasileira, num período favorável de 1962 a 1970, feito para o Comitê do Senado norte-americano sob a presidência do Senador Frank

Church, que levantou as ações das corporações transnacionais no Brasil e no México, analisado em “De Estado Servil a Nação Soberana” (Vidal, 1988), apresenta o seguinte trecho: “A desnacionalização industrial progressiva tende a minar a soberania dos países. Soberania econômica não significa autarquia ou isolamento em matéria de investimento, produção, desenvolvimento tecnológico e mercado internacional. [...] O que é relevante, entretanto, é a autoconfiança e o autodirecionamento da capacidade industrial, como resposta às necessidades e prioridades dos países. Soberania econômica significa, portanto, o controle nacional das decisões básicas que afetam a economia. Na ausência de um quadro institucional poderoso para, explicitamente, controlar o poder das corporações transnacionais, o enfraquecimento das empresas privadas nacionais independentes, devido ao aumento da presença dessas corporações estrangeiras, ameaça a soberania econômica dos países. Onde essas empresas transnacionais têm penetrado e estendido o seu controle sobre a maior parte da produção, o poder de decisão, que afeta a conduta das firmas, fica transferido do capital nacional para o capital estrangeiro. A liderança dos negócios e da indústria como um todo passa a provir de fora, trazendo, com isso, a possibilidade de que as decisões-chave sejam mais relacionadas com a dinâmica mundial das operações das corporações transnacionais do que com as necessidades do mercado local. Essa dependência das decisões é levada ao extremo pelo tipo de relacionamento entre as subsidiárias e as matrizes dessas corporações. As subsidiárias são altamente dependentes em pesquisa e desenvolvimento, em tecnologia, em insumos críticos, em acesso aos mercados externos e em endividamento a longo prazo. Assim, em muitos setores industriais, a desnacionalização cria um grau substancial de dependência econômica externa. [...] Ao nível macroeconômico, a estrutura de propriedade estrangeira pode até contribuir para um desempenho adverso à economia desses países. Se uma recessão local resulta em uma queda da demanda agregada, essas subsidiárias têm a capacidade de reduzir a produção e elevar os preços para proteger seus níveis de lucro. Os ganhos são assim transferidos de modo mais rápido para as matrizes e o fluxo de investimento externo diminuído. Desse modo, os esforços da economia local para restaurar o crescimento

econômico podem ser frustrados à medida que as empresas transnacionais exacerbam os déficits do balanço de pagamentos ...”.

A Globalização dos mercados acentua as dependências tecnológica, econômica e financeira. Reforça também os sentimentos de alienação e de perda da identidade. Nesse panorama Casanova afirma que: *“No complexo transnacional de estruturas institucionalizadas desaparece a diferença entre relações internas e relações exteriores. As relações internacionais de dependência se realizam e se ocultam como relações internas. As relações internas ou as que ocorrem no interior das grandes potências se realizam e se ocultam como internacionais. O internacional e o externo não desaparecem: combinam-se funcionalmente com o nacional e o interno. Isto é, tanto nas formas legais como nas relações financeiras, comerciais, tecnológicas, produtivas, culturais, militares, continuam existindo as relações exteriores”* (Casanova, 1995).

As políticas de ajuste, desregulamentação, privatização, desnacionalização, bem como o processo de abertura de economias que ainda não atingiram seu ápice não são fenômenos motivados pelo incentivo ao lucro, mas como um problema de controle e dominação. A transnacionalização é a “cabeça de ponte” da Globalização.

Liberalização, desregulamentação e privatização são instrumentos estratégicos da política dos estados desenvolvidos, que compõem o projeto neoliberal, como ideologia, adotado por esses Estados.

Na transnacionalização, a empresa transnacional tem o papel fundamental. Jacques Maisonrouge, ex-presidente da IBM World Trade Corporation disse que: *“Para as finalidades empresariais, as fronteiras que separam uma nação de outra são tão reais como o equador. Consistem meramente de demarcações convenientes de entidades étnicas, lingüísticas e culturais. Não definem necessidades empresariais nem tendências de consumidores. Uma vez que a administração compreenda e aceite essa economia mundial, a sua maneira de encarar a praça do mercado – e de planejá-la – necessariamente se expande. O mundo fora do país de origem não é mais considerado como uma série de clientes e perspectivas sem ligação entre si para seus produtos, mas como aplicações de um único mercado”* (Barnet, 1974).

As empresas transnacionais têm seu poder sustentado por sua excepcional capacidade de usar as finanças, a tecnologia e avançados conceitos gerenciais e de comercialização, que lhes permite integrar a produção a nível mundial. Desse modo, contribuem significativamente para realizar o único e grande mercado global.

A visão cosmopolita das empresas transnacionais é a razão para o conflito com o Estado Nacional e de confronto com o nacionalismo. Para George Ball, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos e ex-presidente da Lehman Brothers Internacional, a empresa transnacional, *“planeja e atua muito à frente das idéias políticas mundiais”*. Isso é possível porque elas possuem *“um conceito moderno, elaborado para atender a necessidades modernas”*. O Estado, infelizmente, *“é uma idéia muito cediça e muito mal adaptada ao nosso atual e complexo mundo”*. Diz ainda Ball: *“Trabalhando através de grandes empresas que abarcam a Terra, o homem é capaz, pela primeira vez, de utilizar os recursos mundiais com uma eficiência ditada pela lógica objetiva do lucro”* (Barnet, 1974). De fato, pois a empresa transnacional é uma organização dedicada ao planejamento centralizado em escala mundial. O ex-presidente da Pfizer, John J. Powers, diz que a economia mundial (Barnet, 1974) *“não constitui uma concepção idealista, mas uma profecia irresponsável: é um papel para o qual estamos sendo empurrados pelos imperativos de nossa própria tecnologia”*. Maisonrouge da IBM, ataca frontalmente o Estado Nacional (Barnet, 1974): *“As estruturas políticas mundiais são inteiramente obsoletas. Não mudaram em pelo menos cem anos e estão lamentavelmente desafinadas com o progresso tecnológico. [...] O problema crítico de nossa época é o conflito conceptual entre a busca de otimização global de recursos e a independência dos Estados-Nações”*.

George Ball, sobre empresas transnacionais, diz que (Barnet, 1974): *“Tem, de fato, o poder de afetar a vida de pessoas e nações de uma maneira que, necessariamente, questiona as prerrogativas da autoridade política. De que modo pode um governo nacional elaborar confiantemente um plano econômico se uma diretoria reunida a 8.000 quilômetros de distância pode, alterando seu padrão de compras e produção, afetar de forma profunda a vida econômica do país?”*.

A empresa transnacional é fator de sérias preocupações. A esse respeito Jacques Maisonrouge assim se pronunciou (Barnet, 1974): *“A empresa é uma estrutura em que a única razão para existir consiste no auferimento de lucro, mediante fabricação de produtos pelo menor preço possível e pela sua venda pelo maior preço viável. Não importa se o produto faz bem ou mal. O que conta é que seja consumido em quantidades sempre maiores. Desde que tudo o que a empresa faz, tem como meta final, a produção do lucro, ela não oferece aos empregados satisfações pessoais profundas, nenhum sentimento de estar contribuindo com alguma coisa útil para a sociedade, e nenhum verdadeiro significado instila em suas atividades. Vá trabalhar para uma empresa e você será, através de bons salários e vários benefícios extras, instalado como um elo anônimo numa cadeia sempre maior, completando o círculo de todos aqueles trastes. E, como todos os círculos, a estrutura inteira nada significa”*.

Thomas Jefferson, identificou que os interesses e lealdades dos capitalistas transcendem o território nacional, quando disse (Barnet, 1974): *“Mercadores não possuem país que chamam de seu. Onde quer que se encontrem, nenhum laço formam com o solo. Interessam-lhes apenas a fonte de seus lucros”*. Eisenhower, em 1960, no Rio de Janeiro, apresentou o mesmo argumento quando declarou que o *“capital constitui algo curioso, talvez sem nacionalidade. Flui para onde é melhor servido”* (Barnet, 1974).

O comportamento das empresas transnacionais é algo incrível e que mereceu estudo por parte de um grupo de pesquisa estratégica da Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos. Esse estudo concluiu que *“o fenômeno da empresa multinacional sempre maior, preponderantemente americana, pode desempenhar um papel de relevo em nosso poderio global político, militar e econômico ...”* (Barnet, 1974): Tal estudo conclui que a empresa transnacional, de origem norte-americana, constitui uma gigantesca força para a construção do poder econômico do mundo liderado pelos norte-americanos. *“Se queremos que prevaleçam nossos valores e sistema de vida, seremos obrigados a competir com outras culturas e centros de poder. A empresa multinacional oferece uma imensa ajuda para consecução desse objetivo. O seu crescente arsenal de operações no exterior trabalha por nós durante as vinte e quatro horas do dia. A sua ação*

osmótica transmite e instila não apenas métodos de operação mundial, técnicas bancárias e de comercialização americanas, mas nossos sistemas e conceitos jurídicos, nossas filosofias políticas, nossos sistemas de comunicação e idéias sobre mobilidade, bem como o grau de humanidade e artes que é peculiar à nossa civilização” (Barnet, 1974).

As empresas transnacionais compõem o poder nacional norte-americano e são consideradas como patrimônio nacional, segundo o estudo.

Chomsky afirma que, além disso, as “*instituições do Estado transnacional em grande parte servem a outros senhores, como o poder de Estado tipicamente o faz; nesse caso, as ascendentes corporações transnacionais nos domínios da finança e outros serviços, na indústria manufatureira, mídia e comunicação – instituições que são totalitárias em sua estrutura interna, totalmente irresponsável, absolutista em caráter e imensa em poder. Dentro delas, um participante toma parte em uma hierarquia de dominação completamente rígida, implementando ordens de cima, transmitindo-as para baixo. Os de fora podem tentar alugar-se aos senhores e podem adquirir o que eles produzem, mas outras poucas estão abertas à grande massa da população*” (Chomsky, 1996). As instituições do Estado transnacional terminam por servir a outros senhores.

Barnertt & Muller, ao estudarem a atuação das empresas transnacionais, concluíram que (Barnet, 1974): “*A empresa global é a mais poderosa organização humana jamais concebida para colonizar o futuro. Vasculhando todo o planeta em busca de oportunidades, transferindo recursos de indústria a indústria e de país a país, conservando simples sua finalidade suprema – a maximização mundial do lucro – ela se transformou numa instituição de excepcional poder*”.

Os interesses das transnacionais tornam-se particularmente graves, quando a privatização das empresas que impulsionam o desenvolvimento é decidida por sentimentos ideológicos.

O desenvolvimento das nações é tema constante de estudos. Sklair, ao estudar o desenvolvimento das nações, identifica as seguintes “teorias do sistema global”, que tiveram adeptos nesse século: Imperialista e neo-imperialista; modernizada e neo-evolucionista; neo-marxista, que inclui as

teorias da dependência; sistema mundial e teoria dos modos de produção (Sklair, 1995).

Dentre essas teorias, é interessante ressaltar a teoria da dependência. Essa é uma teoria dita neo-marxista porque foi uma inovação conceitual desenvolvida pelos marxistas. Quando na década de 50, no sistema capitalista e no chamado Terceiro Mundo, ocorreram profundas mudanças, houve a necessidade dessas transformações serem explicadas pelos marxistas.

O Modelo Dependencista

O modelo dependencista constituiu-se numa tentativa de criar um paradigma que pudesse ser aplicado às economias retardatárias. Surgiu no início da década de setenta.

A teoria da dependência foi uma inovação conceitual (Sklair, 1995) para a análise do desenvolvimento do Terceiro Mundo. Para os dependencistas, nenhum crescimento seria possível porque as corporações transnacionais operam ativamente para subdesenvolver o Terceiro Mundo. Para A. G. Frank (Cambridge) e os adeptos do dependencismo, as nações periféricas não se desenvolvem e não se industrializam. Todas são dependentes. Defendem a tese de que (Frank, 1980) *“existe apropriação de excedente gerado nelas pelo centro e, portanto, o seu desenvolvimento econômico é bloqueado pelo imperialismo (o centro)”*. O modelo da dependência considera que: o subdesenvolvimento está intimamente ligado à expansão dos países industrializados; subdesenvolvimento e desenvolvimento são duas faces da mesma moeda, que representa um único processo universal; o subdesenvolvimento é uma condição natural e persistente; e a dependência se prende à estrutura, cultura, ambiente natural das nações.

O sistema global admitido pelos dependencistas, divide o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, numa polarização que se eterniza, pois a saída do subdesenvolvimento depende dos países desenvolvidos. A polarização do mundo, na visão dependencista, reforça a tese dos países desenvolvidos de que os não desenvolvidos devem aceitar tal condição e atender as necessidades dos

desenvolvidos, como por exemplo, continuarem a ser fornecedores de recursos naturais a preços mínimos. Isso leva à aceitação de uma divisão do mundo em países dominantes e países dominados. Certamente essa não é uma condição que os nacionais de qualquer país aceitem.

Apesar de serem muitos os seguidores, os dependencistas não conseguiram explicar o crescimento econômico e industrial ocorrido em algumas nações do Terceiro Mundo. Tudo indica que o golpe fatal na teoria da dependência foi, além do rápido desenvolvimento do Brasil, o sucesso alcançado pelos novos países industrializados asiáticos. Eles tiveram um rápido crescimento e nada indica que, em futuro previsível, possa ocorrer um colapso de suas economias.

A classificação de “Países em Desenvolvimento Recente”, (Sklair, 1995) para os que se desenvolveram, foi um reconhecimento da impropriedade da versão de A. G. Frank da teoria da dependência (desenvolvimento do subdesenvolvimento). Alguns autores, fortemente vinculados à teoria da dependência, viram isso, mas resistiram a abandonar a teoria. F. H. Cardoso, (Sklair, 1995) um dos adeptos, passou a denominar de “industrialização dependente associada” o que era apenas “desenvolvimento”.

Benakouche afirma que *“Antigamente os patriotas lutavam, no âmbito dos movimentos nacionais de libertação nacional, pela independência política (formal). Hoje, os dependencistas batem-se pela liberdade econômica nacional, pela independência econômica”*. Existe aí uma questão fundamental. Como é possível alcançar a independência econômica sem ser politicamente independente? O que significa, para os dependencistas, a independência econômica? É possível ter independência econômica sem ter independência política? É fundamental conquistar a independência política, pois a nação é a base de tudo e é permanente no tempo.

A esse respeito J. P. Magalhães (Magalhães, 1996), afirma que: *“A teoria da dependência nunca chegou, por certo, a uma verdadeira maturidade científica, o que se deveu a dois motivos. O primeiro, de importância secundária, foi o fato de seus autores serem quase exclusivamente de formação marxista, o que, de um lado, limitava sua capacidade de manejar o instrumental mais refinado da ciência econômica da*

época e, de outro, introduzia um viés ideológico em suas análises. O segundo motivo, realmente importante, foi que, com o desaparecimento do regime militar, eles voltaram a seus países de origem recaindo nas limitações, supra-referidas, das instituições de pesquisa e ensino superior das regiões retardatárias. Este constitui o fator relevante. Tudo indica que, mantidas as condições favoráveis para seu trabalho, os autores da teoria da dependência teriam vencido suas limitações iniciais, passando a contribuições realmente científicas para a Economia do Desenvolvimento, as quais teriam, eventualmente, permitido a ruptura com padrão mimético inadequado”.

Peter Evans (Evans, 1980) estudou a experiência brasileira das décadas de 60 e 70 em seu contexto histórico. Evans focaliza as relações entre as empresas multinacionais, as empresas nacionais privadas e as empresas estatais nacionais. A essas relações Evans denominou de “A Tríplice Aliança”. Procura mostrar como os interesses, poder e capacidades distintas dos três grupos se combinaram para gerar um sistema que promove a industrialização. Tudo em benefício da sociedade elitista, mas que exclui a grande massa da população dos benefícios do crescimento. Isso sugere que o desenvolvimento brasileiro priorizou a industrialização, deixando as necessidades sociais em menor prioridade. O cidadão não teve a prioridade a ele devida.

A modernização do sistema global é baseada na distinção entre o tradicional e o moderno. A questão principal da modernização está na idéia de que o desenvolvimento está nas atitudes e valores (Sklair, 1995). *“As sociedades modernas são regidas por indivíduos de pensamento moderno, que são ávidos pelas experiências, influenciados pelo pensamento racional. Já as sociedades tradicionais são dirigidas por indivíduos não preparados para inovar”.*

Liberalismo Econômico

“As doutrinas de ontem, os senhores a conhecem. A primeira, é a velha e nobre doutrina liberal do laissez-faire e do laissez-passer. Pelo que suscitou de iniciativas felizes, preste-mo-lhe as homenagens que merece. Reconheçamos, porém, que face à concentração do capital, da dimensão

das empresas, da internacionalização dos negócios, ela não é mais suficiente.”

André Tardieu, Primeiro Ministro da França

O período que precede o estabelecimento dos regimes liberais é convencionalmente chamado de Antigo Regime. Também é conhecido como era das monarquias absolutas.

Em 1300, na Itália, deu-se a primeira tentativa de emancipar a natureza política do homem. Isso se deve à redescoberta das obras de Aristóteles e sua tradução para o latim. A partir daí, o domínio intelectual da Igreja, indiviso até então, estava terminado.

O iniciador da doutrina moderna é Thomas Hobbes, autor do “Leviatã”. Hobbes afirma que, para que os homens possam viver em paz, há a necessidade de uma soberania absoluta. O absolutismo é fundamental. O fundamento de sua soberania absolutista é o direito do indivíduo. Para Hobbes os homens já não tinham que se guiar pelo bem, mas pelo direito nascido da necessidade de fugir do mal.

Hobbes é individualista. A manutenção da integridade do indivíduo é a força de Hobbes. O indivíduo e sua vontade são o único fundamento da legitimidade política. Hobbes é absolutista porque é fundamentalmente individualista.

Na linguagem moral e política de Hobbes, e que ainda é a de nossos dias, o direito assumiu o lugar do bem. A ênfase positiva, a intensidade de aprovação moral que os antigos, pagãos ou cristãos depositavam no bem, os modernos, depois de Hobbes, passaram a depositar, apenas, no direito do indivíduo. Essa é a linguagem e o valor do Liberalismo. Depois dos direitos do indivíduo, a outra categoria fundadora do pensamento liberal é a representação.

Locke tem sua tese central formulada no Segundo Tratado sobre o Governo (Locke, 1973), nesses termos: “*O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade*”. Para Locke, o direito da propriedade é essencialmente anterior à instituição da sociedade. É um direito ligado apenas ao indivíduo. O individualismo é a base do liberalismo.

Locke é mais individualista do que Hobbes. Os direitos, sob a forma do direito fundamental de propriedade, ligam-se

ao indivíduo solitário. O indivíduo tem um direito natural a uma propriedade que não tem limites naturais. Isto porque a moeda permite tornar imperecível qualquer quantidade de bens. A partir do momento em que a propriedade, introduzida no mundo pelo trabalho, tornou-se um valor representado pela moeda, o direito de propriedade desvinculou-se, legitimamente, do direito do trabalhador. Essas conclusões de Locke foram de grande importância para a formulação da doutrina liberal. Para Locke, o que caracteriza o trabalho é a produção do valor, o que caracteriza a propriedade é a preservação desse valor.

A doutrina de que o poder vem da representação acha-se formulada pela primeira vez em Locke. Essa é a razão pela qual se lhe é atribuída a formulação original do Liberalismo. A representação política no Estado Liberal seria a partir dos interesses a serem defendidos, o direito dos proprietários.

O Estado Liberal não é necessariamente democrático. Ao contrário, historicamente realiza-se em sociedades em que sua participação no governo é bastante restrita e limitada às classes mais favorecidas. Para Bobbio (Bobbio, 1990) *“um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal: ao contrário, o Estado liberal clássico foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal”*.

O processo da Globalização da economia é motivado pela venda da idéia da modernidade, o que nada tem de original. Segundo Benevides, o discurso da modernidade tem como argumentos: a) Globalização da economia, como fator de igualização de oportunidades no sistema de trocas; b) interdependência econômica, que induzirá à mais equânime divisão social do trabalho em âmbito internacional e, conseqüentemente, ao nivelamento da distribuição de renda gerada pelo fluxo das trocas internacionais; c) abertura das economias nacionais segundo os ditames da economia de mercado, ou livre cambismo (Benevides-A, 1994). À esses argumentos podemos acrescentar que a idéia da modernidade contribui para uma deformação da formação cultural e coloca em xeque ou retira da pauta a noção de progresso tão necessária aos países em desenvolvimento.

Esses argumentos configuram a tese neoliberal e desbordam para idéias políticas com teses do Estado-mínimo,

a extinção do Estado nacional e a renúncia ao direito de soberania.

A departamentalização estanque do saber, pelo excesso de especialização, acarreta insuficiência cultural. Ao estudar esse fenômeno, Comte afirmou que a especialização secciona o conhecimento, inibe a capacidade de ver as ligações existentes na natureza e na sociedade entre os fenômenos a que estão sujeitos.

Nessa mesma linha de pensamento, quanto ao desvalor das especializações excessivas, escreveu Djacyr Meneses em “O Sentido Antropógeno da História”, que acertou em cheio sobre nossos atuais economistas. Disse ele “...especialização do trabalho científico isola muitas vezes o técnico no setor de sua preferência; e ele pode se tornar, gradativamente, incapacitado para o exame de conjunto dos resultados obtidos. Perdendo o contato com a cultura geral, que lhe daria a perspectiva humana dos problemas - acaba no idiotismo profissional, por causa da privação dos vínculos comunicativos e expressivos que transformam o indivíduo no ‘socius’, com atributos culturais da personalidade” (Benevides-B, 1994)

A hiperespecialização e a redução ao quantificável produz cegueira em relação à existência, ao concreto, ao individual, mas principalmente em relação ao contexto, ao geral, ao que é fundamental (Morin, 1996). Isso representa a profunda racionalização. Assim podemos admitir que a racionalização pura conduz à irracionalidade.

Essas são as principais razões que levam parcela das elites nacionais, em boa parte por desconhecimento da história, a aceitar o processo da modernidade e idéias que existem há trezentos anos e que não trouxeram paz nem prosperidade às nações.

O universalismo ou Globalização ocupa o lugar do particularismo e com isso o nacionalismo deixa de existir; logo, a soberania nacional torna-se desnecessária.

No momento histórico atual, o processo de Globalização, liderado pelos Estados Diretores, busca a estratificação dos atuais pólos de poder a nível mundial. Isso possibilitará aos detentores do poder o acesso aos recursos naturais e mercados, de modo a manter o eterno desenvolvimento dos Estados mais ricos e industrializados em detrimento dos outros.

O sistema econômico capitalista é sustentado pela filosofia do lucro e da maior vantagem comparativa. A esse respeito, John Gambs (Benevides-A, 1994), da Columbia University, disse: *“Aqueles que não vão tirar o máximo de vantagem dos seus bens são geralmente superados pelos que são capazes de torná-los mais produtivos”*. Isso nos mostra a impossibilidade de igualização proposta pela tese neoliberal.

Os Estados diretores têm problemas de natureza crucial que são diretamente relacionados com:

- a) a escassez de combustíveis fósseis e a necessidade de exploração das florestas tropicais e equatoriais para o desenvolvimento da química farmacêutica e da biotecnologia;
- b) a inexistência, em seu território, de minerais estratégicos e críticos tão necessários ao seu nível de desenvolvimento;
- c) a crescente escassez de reservas hídricas em seu território.

Ao analisarmos as declarações de políticos e dirigentes das nações mais industrializadas, verificamos a pretensão de resolverem seus graves problemas às custas do sacrifício das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. Para tal, tencionam e de certa forma já conseguiram, em alguns casos, assumir o controle das economias e políticas das nações periféricas. Uma das soluções está na estratégia da divisão internacional do trabalho, ou seja, das atividades produtivas, para impor a condição absurda de que se dediquem às atividades primárias de produtores de matérias-primas. Isso significa para o Brasil o retrocesso às relações coloniais de produção e comércio, com renúncia ao seu destino de grandeza, explícito em suas características geopolíticas.

Se prevalecerem as intenções explícitas nas declarações de dirigentes e políticos das nações centrais, as nações periféricas, de grande extensão territorial, tenderão a ser subdivididas, de modo a formar um novo gênero de federalismo para encobrir novo estilo de colonialismo. A busca do controle está no próprio coração da Globalização.

A Globalização econômica tem no mercado um dos seus principais alicerces. A empresa é um dos seus fundamentos, assume atualmente um gigantismo e uma área de atuação que transcende seu território de origem. Essa empresa sobrevive do mercado, mas não olha para esse mercado como

fator mais significativo de sua atuação. A empresa, nos dias atuais, se estrutura em posições de longo prazo e pensa o mercado em relação ao futuro. A prospectiva é uma de suas mais importantes atividades. Seu horizonte de planejamento é universal. Seu leque de opções é variado, possibilitando condições de escolha para decidir seu passo em direção ao futuro. Seu comportamento não é determinado. Pensa o futuro com visão estratégica.

Vemos que as empresas não estão submetidas à naturalidade do mercado. Como se pretender que a sociedade nacional esteja submetida aos sinais de mercado? Como pode o mercado reger os destinos da sociedade, definir seu futuro?

O mercado não tem nenhuma atuação sobre a infraestrutura, saúde, educação, energia ou justiça, pois nenhum desses itens é objeto de comercialização. Apenas existe ou não para atender às necessidades da nação. Ao mercado apenas o que lhe compete. O mercado não pode alterar as externalidades. O mercado não altera as condições do interior da África nem de uma região favorecida da Europa. O mercado é impotente ante o desenvolvimento. Não é sua tarefa. Somos submetidos a uma intensa campanha ideológica que pretende convencer os indivíduos que a globalização é um processo inexorável e que as leis do mercado devem reger a sociedade. Isto é uma falácia. Para Childers o mercado não é livre mas poderosamente subsidiado e incrementado por meios indiretos. Sua “inexorabilidade” reduz a liberdade de comércio da maioria empobrecida da humanidade. *“Entre 1978 e 1990, a participação da humanidade no comércio mundial decresceu, de 28 para somente 19 por cento”* (Childers, 1997).

O Papa João Paulo II, em sua Carta Encíclica “Centesimus Annus”, nos alerta que: *“É tarefa do Estado prover à defesa e tutela de certos bens coletivos como o ambiente natural e o ambiente humano, cuja salvaguarda não pode ser garantida por simples mecanismos de mercado. Como nos tempos do antigo capitalismo, o Estado tinha o dever de defender os direitos fundamentais do trabalho, assim diante do novo capitalismo, ele e toda a sociedade têm a obrigação de ‘defender os bens coletivos’ que, entre outras coisas, constituem o enquadramento dentro do qual cada um poderá alcançar legitimamente os seus fins individuais”* (Paulo II).

Ainda com relação ao papel do Estado na economia, João Paulo II nos lembra que: *“A atividade econômica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes. A principal tarefa do Estado é, portanto, o de garantir esta segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar dos frutos do próprio trabalho e, conseqüentemente, sinta-se estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade. A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem econômica”* (Paulo II).

Muitas são as “verdades” que têm sido estrategicamente impostas pelos senhores ocultos do mundo. No que se refere à “verdade” do mercado, Ricardo Petrella nos diz que: *“novas tábuas da lei são impostas progressivamente à humanidade [...] A civilização cristã firmou pacto entre Deus e o Homem [...] nesse quadro o homem garantia sua liberdade e podia pecar; Deus, em sua misericórdia, podia perdoar.*

As novas tábuas da lei conseguiram a aliança entre o mercado e a humanidade. O mercado é o grande regulador da vida econômica, o guia dos homens, que, doravante, devem a ele adaptar-se. É necessário, dizem, concentrar nossa fé nos mecanismos de mercado, cujo motor principal é o preço, submetido às mudanças induzidas pelos processos técnicos, às exigências e aos constrangimentos dos quais nenhum indivíduo ou sociedade pode escapar.

Nesse contexto, a liberdade que o mercado concede ao homem é a de a ele submeter-se. Se não se submete, peca e não será perdoado. Será simplesmente eliminado do mercado de trabalho como do mercado de bens e de capitais ... As novas tábuas da lei exaltam a idéia da competitividade entre todos os homens e sociedades [...], pois proclamam que a salvação individual e coletiva passa pela conquista de parte do mercado” (Vidal, 1997).

O liberalismo é a ideologia que induz à adesão generalizada à estratégia de reestruturação pelo mercado. Para o liberalismo, o melhor meio de responder ao processo

de Globalização é a integração progressiva de todos os mercados nacionais num único sistema econômico de livre-câmbio. Entretanto, a reestruturação pelo mercado agrava, consideravelmente, as disparidades da ordem internacional que já são profundamente desequilibradas.

Um mercado de abrangência mundial necessita de constante fluxo de capital e da concorrência comercial. O mercado globalizado induz a criação de um espaço geoeconômico global. Este espaço é a razão para que a segurança nacional ou regional dependa da capacidade dos Estados de se dotarem de poder e estratégia de âmbito global. Pelo mercado, são criadas novas necessidades e novos hábitos. Reduz-se a distinção entre o que é nacional e o que é estrangeiro. As barreiras culturais são violadas e as nações ficam expostas aos mesmos fluxos de idéias e informações. Passam a existir apenas as idéias e aspirações semelhantes e coincidentes.

A Globalização da economia, por força da aceitação equivocada do que seja o mercado, torna-se determinante da Globalização da vida política.

Justificada pela ideologia liberal, controlada pelo poder dominante, a mundialização dos mercados, a concentração do poder econômico e financeiro, e o controle de tecnologias nobres, se estendem por todo o planeta.

Em 1974, quando o governo estadunidense eliminou todos os controles de capital, ocorreu o esgotamento das estruturas regulatórias e o enorme aumento do capital desregulamentado que provocaram um forte impacto na economia internacional. John Eatwell, da Universidade de Cambridge, assim se manifestou: *“Em 1971, pouco antes que o colapso de Bretton Woods fixasse um sistema de taxa de câmbio, cerca de noventa por cento de todas as transações externas eram para o financiamento do comércio e do investimento de longo prazo, e somente dez por cento eram especulativas. Hoje essas porcentagens foram invertidas, com bem mais de noventa por cento de todas as transações sendo especulativas. Os fluxos especulativos diários agora regularmente suplantam as reservas cambiais de todos os governos do G-7”* (Chomsky, 1996).

O sistema econômico, exclusivamente monetarista, ganha impulso, a economia produtiva passa a ser secundária,

o que acarreta sérios problemas aos países em desenvolvimento.

Todas as sociedades são condicionadas por fatores econômicos. A civilização do século XIX, como não podia deixar de ser, também foi condicionada pela economia. Entretanto, tal condicionamento teve um sentido diferente dos que até então existiram. Foi baseado no lucro. Esse novo sentido não era reconhecido como válido na história, até então. O sistema econômico baseado numa economia de livre mercado surgiu desse princípio (Polanyi, 1988).

Economia de mercado significa um sistema auto-regulável de mercados, ou seja, uma economia dirigida pelos preços do mercado. É um sistema que se propõe capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa. Um mercado auto-regulável exige, ao menos, a separação institucional da sociedade em ambientes econômico e político.

O mercado auto-regulável do século XIX dependia do auto-interesse econômico para possibilitar sua regulação. O século XIX teve como uma de suas características a fraqueza da sua sociedade, a falta de fé, de vontade. Isso deveu-se a ser uma sociedade de mercado e não pelo fato de ser uma sociedade industrial. A chamada civilização industrial continuará a existir, mesmo sem a existência de uma economia de livre mercado.

O fim de uma economia baseada no livre mercado significa apenas que o mercado deixa de ser um órgão de auto-regulação econômica. O fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes. A liberdade jurídica e real pode tornar-se mais ampla e mais abrangente do que jamais ocorreu em qualquer tempo. A regulação e o controle podem continuar a atingir a liberdade, os cidadãos, mas todos e não apenas alguns. A liberdade não deve ser um complemento de alguns privilégios, mas um direito consagrado que se estende muito além dos limites da esfera política e atinge a organização da própria sociedade. Uma sociedade assim constituída tem as condições básicas para permitir-se ser livre e justa, nos diz Polanyi. (Polanyi, 1988)

Nenhuma sociedade tem condições de existir sem que possua um sistema que assegure a ordem econômica. A ordem econômica é função da ordem social e política na qual

ela está inserida. A Globalização econômica revela-se, de fato, singular, semelhante ao sistema existente no século XIX, em que a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta.

A história econômica mostra que o surgimento dos mercados nacionais não foi resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental. De fato, o mercado foi consequência de intervenção governamental, por vezes violenta, que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não econômicas. Na Europa ocidental, o comércio interno foi criado por intervenção do Estado (Polanyi, 1988).

A história da economia nos mostra que uma nação só é capaz de desenvolver-se e ter autonomia, se a vontade nacional para isto estiver direcionada.

Competição ou Cooperação?

“Basta abolir as taxas alfandegárias e apoiar o livre comércio, que também nossos trabalhadores, em todos os setores da economia, serão degradados a servos e miseráveis”

Abraham Lincoln, 16º Presidente dos EUA

A decisão tomada pelo então Presidente Richard Nixon, em 1971, de não mais converter o dólar foi o que fez iniciar o modelo do atual sistema financeiro. A crise da dívida dos países em desenvolvimento, nos anos de 1982 e 1983, desembocava na polarização dos fluxos financeiros entre países do hemisfério norte (os excedentes europeus e japoneses financiavam o déficit estadunidense) e na desregulamentação dos mercados de capital.

A partir desse momento, progressivamente se estabelecia um vasto sistema internacional em que a liberdade de movimento do capital se fazia total e a imobilidade das trocas desapareceu, as moedas tornaram-se objeto de especulação.

A Globalização econômica certamente atende aos interesses das economias mais poderosas, mais pujantes. Seus principais beneficiários são as nações mais

industrializadas, que utilizam suas empresas transnacionais, como meio para conquistar e dominar mercados. Importante ressaltar que “mercado interno”, além de fundamental ao desenvolvimento da nação, é seu patrimônio de inestimável valor. Dentre os instrumentos usados para a conquista e posterior dominação e controle dos mercados internos e externos das nações, estão a desregulamentação e a competição. A tecnologia é o elemento decisivo do poder econômico, logo, do controle dos mercados. Por essa razão, e como sua estratégia, as empresas transnacionais exercem total controle sobre os processos tecnológicos.

A política neoliberal, instrumento político-econômico da Globalização, consiste basicamente em tornar mínimo o setor produtivo, especialmente os de elevada tecnologia, e reduzir empregos para diminuir custos em nome da competição.

A desregulamentação incentiva a disputa por maiores lucros ou pela conquista de maior parcela do mercado. A desregulamentação esconde um incremento de poder daqueles que possuem grandes interesses no que eufemisticamente passou-se a denominar como forças de mercado. As conseqüências podem não ser as mais agradáveis ou as mais desejadas. Inúmeros casos de quebra de empresas têm ocorrido. A desregulamentação em empresas de transporte aéreo pode ter sérias conseqüências no que lhe é mais importante, a segurança de voo. Como conciliar a voracidade pelo lucro e por maior fatia do mercado com a segurança dos passageiros e das aeronaves?

A livre competição possibilita a quebra, desnecessária, de empresas nacionais e a perda ou a transferência de controle do mercado interno para empresas transnacionais, perdendo, assim, a nação um dos seus mais valiosos patrimônios.

Como pode competir uma empresa de pequeno, médio ou mesmo de grande porte com uma gigantesca corporação transnacional, com todo tipo de recurso e apoio político propiciado por seus governos?

A competição, quando não orientada por regras definidas por entidade reguladora da economia nacional, gera desemprego, reduz recursos, aumenta os custos sociais crescentes, o conseqüente desmantelamento das entidades de classe e pode levar à perda de credibilidade por parte da população, quanto ao bem por ela desejado. Nesse processo,

o bem de menor valor passa a ser o ser humano. Muitos Estados europeus estão começando a admitir que a livre competição é prejudicial às suas instituições, à nação e à sociedade como um todo.

Contrariamente ao difundido, a economia globalizada tem contribuído para aumentar a distância entre as nações pobres e as nações ricas. O afastamento entre tais nações tem-se manifestado pela disparidade no acesso aos mercados e à tecnologia, bem como pela divisão do crescimento mundial.

As nações em desenvolvimento, para adaptarem-se à Globalização econômica, têm pago um alto preço, com sérias conseqüências políticas, sociais e econômicas, principalmente. Para se tornarem competitivas, dentro da visão liberal da economia, realizam um verdadeiro desmantelamento do seu parque industrial. A privatização de empresas públicas dos países em desenvolvimento proporciona excelentes negócios para os novos proprietários e transfere o controle da economia nacional para o setor privado, nacional ou estrangeiro. Isso significa uma liquidação, imprudente, do setor produtivo de que dispõem essas nações, que termina por inviabilizar o próprio desenvolvimento, que trará sérias conseqüências para a soberania. Em muitos casos, a incoerência prevalece. Empresas estatais estratégicas são transferidas a uma empresa estatal estrangeira, em detrimento do próprio capital, administração, autonomia e desenvolvimento nacional.

As nações em processo de desenvolvimento são massacradas quando em nome da modernidade, ingressam no processo dito competitivo, no campo de batalha da concorrência global aberta, qualquer que seja a ideologia que legitime sua motivação (Kurz, 1997).

Quem sabe podemos dizer que a Globalização tem alcançado os objetivos que os estadunidenses não conseguiram durante quase meio século de pressões, constrangimentos e intervenções, armadas ou não. As economias em desenvolvimento não resistem. As nações em desenvolvimento são quase que intimadas a participarem do processo de livre competição, justamente para que através desta suas economias entrem em crise e em seguida em colapso. A Globalização econômica, além de desmontar o

parque industrial produtivo, asfixia as economias nacionais, alerta que onde as estruturas de regulamentação estatal são rompidas, a estrutura de lealdade para com a nação também é rompida (Kurz, 1997).

A Globalização econômica, considerando o desencadeamento do mercado e a perda de poder do Estado nacional é, para as nações ainda não desenvolvidas, uma realidade, à qual não podem fugir. Para os Estados Unidos, esse é um processo que sua política e sua estratégia implantaram e que é de seu agrado.

Não existindo uma estrutura estatal de regulamentação nem uma estrutura de lealdade, fica difícil governar, surgem crises internas e os conflitos começam a instalar-se. O quadro possibilita o surgimento de convulsão social e, mais tarde, lutas separatistas formam o quadro seguinte. Poucos são os indivíduos, e mesmo autoridades da administração do Estado, que percebem a gravidade da situação. O discurso da modernidade entorpece-lhes os olhos.

Para Schumpeter a “competição perfeita” raramente existiu na política. Por tal razão, não havia motivos que levassem a considerar a competição como um paradigma de eficiência na promoção do crescimento econômico. As práticas competitivas fazem parte de um processo de destruição (Arrighi, 1996).

A competição deve ser substituída pela cooperação. As empresas nacionais devem cooperar entre si. O Estado deve promover ou incentivar a cooperação, de modo a poder crescer, fortalecer-se e, a partir daí, quando em condições de igualdade com as grandes corporações transnacionais, competir.

Quanto a esse tema, usando a expressão “concorrência”, é bastante ilustrativa a indignação e a nostalgia de Sismondi. Ainda que Sismondi tenha se manifestado, não contra os males do capitalismo, mas contra o capitalismo, no sentido de reação ao progresso, sua manifestação é bastante ilustrativa quando assim se expressa (Jouvenel, 1978): “*A escola crematística mostra-se deslumbrada diante das fábricas de tonéis do Loire, que tornam inúteis os toneleiros; diante das empresas de navegação a vapor, de diligências, de ônibus, de estradas de ferro que, contando com capitais imensos, substituem a indústria mesquinha dos barqueiros, dos carreteiros, dos carroceiros independentes. Cada um*

destes possui um pequeno capital, é mestre; pelo contrário, todo o trabalho das grandes empresas é feito por pessoas assalariadas, por proletários ... Será que nunca se há de perceber que em nome da riqueza e da economia, o homem é empurrado de um lado para outro, que se prova a cada profissão em particular que ela já não é necessária, e que não haverá necessidade de mudar o tom da linguagem para persuadir as nações de que por motivo de economia elas deveriam deixar de existir? [...] Não há dúvida de que, sob o ponto de vista da criação da riqueza e segundo as regras da crematística, esse sistema é mau; representa um obstáculo à abundância, ao aperfeiçoamento e ao barateamento dos produtos. Mas será que, quanto às pessoas, foram calculados todos os efeitos de sua destruição? Ele representava uma poderosa força de retenção dos camponeses, sempre empenhados em dirigir-se às cidades, mesmo perdendo a saúde, a independência e a felicidade; constituía um obstáculo quase insuperável ao crescimento desmesurado da população industrial, já que o número dos mestres era limitado, e nenhum trabalhador casava antes de se tornar mestre; mantinha a igualdade entre os mestres, assegurando a cada um deles a independência e a mediocridade, em vez de permitir que um deles reunisse em sua oficina centenas de operários e engolisse a indústria dos outros; assegurava a qualquer pessoa que entrasse na carreira industrial uma subsistência suficiente desde o momento em que começasse a trabalhar, em progresso lento mas seguro em direção à abastança, uma condição segura para si mesmo e para a família quando chegasse à idade madura". ("Études sur L'économie Politique, Paris, 1837").

Porém, a posição mais marcante contra a degradação moral que reina no ambiente da competição é a de Thomas Carlylle (Jouvenel, 1978), quando define competição como a atividade em que cada um por si e que o diabo carregue os que ficam para trás!

A competição sadia só é possível entre iguais. Não é possível haver competição entre uma gigantesca corporação transnacional e uma empresa nacional de médio porte. O domínio tecnológico dos processos de produção ou uma inovação tecnológica definem os vencedores da competição. A tecnologia define quem monopoliza o mercado.

Schumpeter procurou demonstrar, teoricamente, o crescimento econômico através da incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo. A oferta de novos produtos ou a introdução de processos mais eficazes provocam alteração no mercado. Esse fato é responsável pela monopolização, mesmo que temporária, do mercado de certo produto.

Considerando que as nações mais desenvolvidas possuem melhores condições de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como as restrições (tecnológicas, comerciais, ecológicas, políticas e outras) que essas nações impõem às menos favorecidas, a competição sadia e ética torna-se impossível. Os mercados passam a tender cada vez mais, como consequência da competição imperfeita (Guimarães, 1993), para favorecer aos detentores de grande capital e tecnologia. Dessa forma, a falsa competição, que se transforma em monopolização, ainda que aparentemente “legitimada” pela teórica “competição”, passa a reger o mercado mundial. Essa competição falsamente legitimada e imperfeita passa a prevalecer quanto mais as nações detentoras de poder restrinjam a difusão de conhecimentos de novas tecnologias, principalmente através de organismos internacionais, formais ou informais, de controle.

“A economia do lucro é uma metafísica do ter”, afirma Leão (Leão, 1988). O individualismo e a competição desregrada a que os homens estão sendo submetidos os leva a procurar a ter cada vez mais. Acumular é o objetivo. Ter dinheiro, ter prestígio, ter poder, ter carro, ter imóveis, ter ações, ter terras, enfim ter tudo o que for possível. É a escravidão imperceptível, aceitável e mesmo procurada pelo próprio homem.

Nesse mundo, uma economia fundamentada, não sobre as necessidades do homem, do seu desenvolvimento, do seu bem-estar, mas sobre a vida em todo o seu espectro, e principalmente em função do poder, não sobrevive. O mundo onde a técnica é importante instrumento de poder, quem perde sempre é o próprio homem, que termina por desumanizar-se, por tornar-se pouco a pouco um tanto selvagem.

O que não deve jamais ser esquecido é que o progresso é fundamental ao desenvolvimento e bem-estar do homem. Entretanto, o progresso não deve ser entendido de modo

exclusivamente econômico, mas num sentido integralmente humano. Não se trata apenas de elevar todos os povos ao nível que hoje usufruem apenas os países mais ricos e industrializados, mas de construir no trabalho solidário uma vida mais digna, fazer crescer efetivamente a dignidade e a criatividade de cada pessoa, a sua capacidade de corresponder à própria vocação.

Em função do atual conceito de desenvolvimento, o homem foi obrigado a suportar uma concepção da realidade imposta pelos detentores do poder e não através do esforço da própria razão. É necessário reconhecer os direitos da consciência humana, vinculada à verdade. Isto porque é feita excessiva valorização dos valores puramente utilitários e das tendências ao prazer imediato, o que torna difícil o reconhecimento e o respeito da hierarquia dos verdadeiros valores da existência humana. Aqueles que são imprescindíveis à boa convivência entre pessoas e nações.

O que jamais deve ser esquecido é que as modalidades de contato no relacionamento entre os homens, assim como entre as nações, são três: cooperação, competição e conflito, assim definidas.

Cooperação – Quando dois ou mais homens ou nações se unem em busca dos mesmos objetivos;

Competição – Quando dois ou mais homens ou nações buscam os mesmos objetivos, preservando nessa busca algumas regras acordadas;

Conflito – Quando dois ou mais homens ou nações buscam os mesmos objetivos, não se prendendo a nenhuma regra previamente acordada.

O que faz a mediação entre as formas de contato é a estratégia. Esta é a questão fundamental, pois aqui cabe perguntar: quem define a estratégia? Certamente não é uma nação sem significativo poder nacional. Podemos concluir que: as nações mais poderosas sempre definirão a estratégia, logo determinarão a forma de relacionamento que lhes seja mais favorável, ou seja, a competição, que na verdade esconde o conflito, pois não há regras acordadas por ambas as partes.

Em nome da competitividade, da competição, da modernidade, da produtividade, da Globalização, de uma nova era, de uma atividade incessante, a servidão termina por transformar-se em uma nova e efêmera liberdade e a

liberdade acaba em servidão, quem sabe, perpétua. Ainda que o sonho esperado da modernidade seja, dentre outros, a emancipação social, a autodeterminação do homem, maior autonomia, o que acontece é a asfixia do homem. Isso, de fato, é a aceitação voluntária ou induzida de um sofrimento, do fim da esperança e da impossibilidade da felicidade, o fim do homem, do ser humano.

A competição, tal como ocorre neste início de século, em nome da modernidade, da competência, enfim, no atendimento a um dos princípios ou pressupostos da Globalização, termina por converter-se numa competição totalitária, tendo como objetivo o poder, a riqueza, o domínio sobre as crenças dos homens, mas, como diz Bertrand Russell, acima de tudo, a própria vida, que pode levar por consequência a definição sobre o futuro das nações em desenvolvimento.

5.4 - Globalização ou Regionalização?

“Um país é possuído e dominado pelo capital que nele se achar empregado. À proporção que o capital estrangeiro afluir e tomar ascendência, também a influência estrangeira assume e toma consciência.”

Woodrow Wilson

Quando em pleno processo de Globalização vemos surgir acordos econômicos e políticos regionais, uma questão fundamental se faz presente. Qual a tendência da economia mundial? A economia se constituirá num sistema global ou regional?

Uma questão fundamental, quando se estuda a natureza e a estrutura da chamada Nova Ordem Mundial, é se ela tende ou se apresenta para a forma globalizada ou regionalizada.

As transformações estão acontecendo a um ritmo impressionante e de maneiras contraditórias. A economia é um ótimo exemplo. Enquanto está ocorrendo um processo de integração e de Globalização econômica, o sistema político e econômico mundial toma nova forma.

O processo de integração das economias nacionais numa economia global e transnacional planetária ocorre rapidamente nas áreas de finanças, comércio e produção. Sendo que, nesta, ainda em menor intensidade. Os mercados de bens e serviços nacionais estão sendo substituídos por um amplo mercado mundial. Os mercados financeiros nacionais já compõem o sistema global. Constata-se que nesse processo estão sendo instaladas nas nações em desenvolvimento poderosas empresas transnacionais com o conseqüente fechamento de empresas nacionais, especialmente aquelas que atuam em setores de tecnologia sofisticada ou que atuam em áreas estratégicas fundamentais ao desenvolvimento. A empresa transnacional passa a ter, com exclusividade, o poder decisório quanto à alocação de capital de investimento e quanto à localização da produção em grande parte do mundo. A esse respeito, François Mitterrand, em março de 1995, afirmou: “Um mundo dominado pelas leis do mercado é um mundo destinado ao desastre”.

A União Européia caminha, ainda que com dificuldades, em seu processo de unificação. A economia mundial, cujo centro era o Atlântico Norte, transformou-se numa economia global, onde economias dinâmicas de outras regiões do mundo passaram a se tornar fontes independentes e autogeradoras de crescimento econômico e de inovações tecnológicas.

Durante o processo de Globalização e integração transnacional, as alianças entre Estados e empresas se expandem. O protecionismo econômico é uma constante entre as nações ricas e mais industrializadas. As economias mais sólidas, mais avançadas, estabelecem meios de proteção ao mesmo tempo em que usam de todos os tipos e formas de pressão e constrangimentos para que as nações em desenvolvimento não utilizem nenhum mecanismo de proteção.

A Globalização e a Regionalização andam juntas no rumo da liberalização global dos mercados.

A Globalização econômica assim como o regionalismo econômico se fazem acontecer simultaneamente. Esses dois acontecimentos se complementam e regem um ao outro (Gilpin, 1993). A regionalização é a primeira etapa do processo globalizante. Não é rápida. Deverá ter longa duração, com inúmeros conflitos políticos e econômicos, até

que se complete o processo de Globalização, se é que será possível. Estamos falando do mundo ocidental. Como se comportarão a Federação Russa, as novas repúblicas ou a China? O Brasil, com sua desesperada luta para romper as barreiras que inibem seu pleno desenvolvimento, como estará daqui a alguns anos?

A regionalização propicia condições para a continuação do processo liberalizante, enquanto a motivação comercial seja liberal e a competição, o parâmetro maior das empresas. As iniciativas regionais têm procurado estruturar-se de modo a se tornarem compatíveis com o processo de Globalização. Isso é básico para que os Estados membros dos organismos regionais possam convergir para um mercado global. Como resultado, podemos entender que os pólos de crescimento regional são fontes partícipes do crescimento global.

Como as iniciativas regionais caracterizam-se pelo crescimento liderado pelas exportações, urge questionar como fica o mercado interno, valioso patrimônio nacional.

Evidencia-se um crescente regionalismo nos fluxos comerciais e no investimento, mas não é comprovada a inexistência de conflitos entre blocos, ainda que isso possa vir a acontecer em termos econômicos. O estímulo provocado por fluxos de investimento e de tecnologia gerou um atrito entre a tríade. A competição e a luta pelo domínio de tecnologias sofisticadas envolve a disputa entre empresas transnacionais e, também a disputa entre os diferentes sistemas de mercado que influenciam a capacidade competitiva das empresas. Envolve, acima de tudo, o aumento de poder e riqueza dessas nações.

O NAFTA ("North American Free Trade Agreement") é a agregação do Canadá e México em torno dos EUA, e formam um espaço de comércio para ser construído em quinze anos. O NAFTA não estabeleceu a unificação alfandegária, a coordenação de políticas macroeconômicas ou a constituição de entidades comunitárias. Ele apenas estabelece regras para liberação comercial, normatiza gestões como investimento, serviços, propriedade intelectual e funcionamento do mercado de trabalho. Os Estados Unidos são responsáveis por 87% do produto global do bloco, estimado em 7,3 trilhões de dólares, em 1993, e por 68% da população.

A União Européia aglutina as nações da Europa Ocidental em torno da Alemanha. Constitui-se no mais

ambicioso projeto de integração do mundo e estabelece que, além da livre movimentação de bens, serviços, capital e trabalho, propõe dar aos Estados-membros uma harmonização em suas políticas macroeconômicas setoriais e adoção de uma moeda comum até o final do século XX. A União Européia propõe a restrição do exercício da soberania dos Estados membros, em prol de instituições comunitárias, sendo a principal delas a Comissão Européia – órgão executivo supranacional.

A União Européia foi responsável por um produto global de 6,7 trilhões de dólares e uma população de 364 milhões de pessoas, em 1993. Neste ano, a Alemanha foi responsável por 27% do produto total do bloco.

O Complexo Asiático não se constitui de uma área de comércio integrada juridicamente, mas sim de um conjunto de economias nacionais articuladas por visões geopolíticas comuns e interesses comerciais compatibilizados. O carro-chefe deste bloco econômico é a economia japonesa; entretanto, pelas dimensões do seu mercado e pelos recursos disponíveis, a economia chinesa cada vez se faz mais presente. Em torno dessas duas economias gravitam, praticando graus diferentes de autonomia, as economias ascendentes da Coreia, Taiwan, Filipinas, Indonésia, Tailândia e outras mais do Sudeste Asiático. Mantidas as taxas de crescimento atuais, nos próximos dez anos, o complexo asiático poderá assumir a posição de prevalência sobre os demais blocos.

A formação de blocos regionais deverá se acentuar e firmar-se durante o processo de Globalização. Os Estados nacionais não desaparecerão com a Globalização, nem as contradições entre as nações se atenuarão. Entretanto, se constituirá, como recurso crescente de consenso, no mundo de amanhã, para ter como condição de sobrevivência, o “megaestado”, composto da união de países de uma região.

Acordos regionais no mesmo sentido da integração européia estão surgindo. A economia mundial globalizada passa a ser polarizada em três blocos, cada um com suas próprias características: a América, liderada pelos Estados Unidos; a Europa, pela Alemanha; e o Leste Asiático, pelo Japão. A Globalização que se faz em termos de regionalização é polarizada. O ciclo histórico geopolítico parece confirmar-se mais uma vez.

É bastante óbvio que o processo de Globalização deverá, e já podemos constatar em algumas nações, provocar graves problemas, de toda ordem, para as nações em desenvolvimento. Com a economia mundial globalizada e polarizada em três blocos regionais, dificilmente as nações em desenvolvimento deixarão de ser atraídas por um dos três pólos de influência política e econômica. A integração de nações do Oriente, do leste Europeu, norte da África, América do Sul e Central, com os blocos liderados pelo Japão, Alemanha e Estados Unidos, respectivamente, poderá levar a uma “nova ordem colonial”.

A respeito da polarização, (particularmente nos atuais três grandes blocos) Gonçalves nos diz que: *“refere-se à criação de um sistema econômico hierarquizado, de tal forma que existem uns poucos Estados-Nação que estruturam e dominam o conjunto de relações econômicas entre países. A existência de relações polarizadas significa, de fato, um sistema caracterizado pela assimetria em escala mundial. Isto é, existem ‘primus inter pares’ no cenário internacional que possuem ou se apropriam de recursos que são determinantes fundamentais para o crescimento da economia mundial. O movimento de polarização envolve um aumento do já elevado grau de concentração de renda e da riqueza entre países”* (Gonçalves, 1994).

Num sistema mundial globalizado, onde prevaleçam os fatores econômicos, as nações em desenvolvimento contam com muito pouca ou nenhuma, em alguns casos, fontes de poder. As nações centrais detêm quase que um monopólio dessas fontes de poder. Os instrumentos de política econômica são constituídos do controle sobre o capital de investimento, tecnologia e acesso aos mercados. Os recursos naturais, principalmente o petróleo, ambos tão necessários às nações mais industrializadas, podem transformar-se em fonte de poder relativo.

Enquanto a Globalização se polariza em três megablocos regionais, surge a subpolarização, ou seja, a formação de blocos regionais de menor porte. Esse é o caso do MERCOSUL, um acordo entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que objetiva a criação de uma zona de livre comércio entre essas nações. A formação desses blocos é favorecida pelo crescimento do comércio intrapólos e intra-subpólos. O comércio intrapólos (três pólos) cresceu entre

1980 e 1989 de 37,6% para 44,4%. No MERCOSUL, o PIB do Brasil é três vezes maior que a soma dos PIB de seus demais parceiros.

Além dos três atuais blocos regionais, vislumbra-se a formação do bloco formado pelas nações do Oceano Índico. O bloco regional do Índico começa a ser esboçado. Dele é esperado que façam parte 34 nações da região. Começou a tomar forma com a conferência de março de 1995, na ilha Maurício, e recebeu o nome de “Indian Ocean Rim Initiative International Meeting of Experts”. Em junho de 1995, a cidade de Perth, Austrália, sediou a reunião, já com 23 nações, compondo o “International Forum on Indian Ocean Region”. Nova reunião foi realizada em dezembro de 1995, em Nova Delhi, Índia, recebendo o nome de “The First Regional Conference of Indian Ocean Research Network”. Essas reuniões objetivaram a composição do bloco regional a ser formado no Oceano Índico, o quarto bloco.

Os blocos regionais são, de fato, um esforço realizado pelas nações que os compõem para minimizar os efeitos negativos do processo de Globalização. Esses blocos possibilitam um comércio entre as nações da mesma região, maior condição de negociação com outros blocos e mesmo uma postura política de maior peso específico.

Os blocos são o início do que podemos classificar como megaestado. No processo de Globalização em curso, na crise que o mundo atravessa, creio que apenas os megaestados terão alguma condição de sobreviver, sem graves problemas, à profunda crise desse final de século XX.

O panorama que começa a se formar nos mostra um mundo regionalizado e de fragmentação limitada. Fragmentadas aquelas nações, que não estiverem compondo um bloco, para elas, a sobrevivência será difícil, no mundo que se aproxima.

Importante a observação de V. Forrester: *“Afiml, diriam alguns, nesse contexto de mundialização, de deslocamento, de desregulamentação, por que alguns países continuariam a ser privilegiados: a moda não é a equidade?”* (Forrester, 1997).

A economia globalizada, longe de possibilitar aos menos favorecidos sair dessa situação e caminhar rumo à prosperidade, como todos acreditavam ser, leva a que mesmo sociedades em processo de expansão regridam à condição primária. Nesse processo, constata-se a apropriação.

A indiferença é permanente. Ela permite todos os desvios, por mais sórdidos que possam ser. Nosso tempo é a única testemunha. É a indiferença que tem permitido a instalação de um poder absoluto, universal, que controla e dirige o destino de todas as nações, de todas as sociedades.

O sistema econômico globalizado tem propiciado o surgimento de populações anestesiadas, muitas em estado de pânico, ausência de trabalho, governos submetidos a uma toda poderosa economia privada, sem compromisso com a nação. Qual o destino da grande maioria da população mundial? Qual a perspectiva de vida e de futuro, para a juventude?

A concorrência, a competição, na maioria das vezes, é apenas um discurso. Um discurso que objetiva dividir para monopolizar. As redes mundiais de empresas transnacionais são por demais imbricadas, entrecruzadas e ligadas entre si para que tenham condições de se impor e conquistar todos os mercados.

Neste início de século XXI, tem sido comum aceitar-se o poder econômico como inexorável, sem qualquer análise. Isso conduziu o mundo, ou melhor, os menos avisados a uma ênfase excessiva quanto à dimensão econômica da Globalização, principalmente na interpretação causal da história. Neste ponto julgo importante lembrar que a dimensão econômica, ou melhor, o poder econômico não é primário, mas derivativo. Numa unidade política, depende das leis. No concerto das nações, depende de leis no que diz respeito às questões menores. Entretanto, nas questões maiores, nas questões que envolvem interesses vitais das nações envolvidas, depende do poder militar de cada uma dessas nações, podendo em alguns casos chegar ao conflito armado.

No mundo atual constatamos um novo fenômeno. A expressão econômica, a expressão militar e a ciência e tecnologia nunca estiveram tão fortemente vinculadas. Nenhuma nação consegue desenvolver-se, sem que a expressão militar de seu poder nacional aumente seu poder real. É através do poder militar que as nações aumentam suas possibilidades de melhor atender suas necessidades vitais.

Bibliografia

AGUIAR, Pinto. 1960. *A Abertura dos Portos do Brasil*. Livraria Progresso Editora. Salvador.

AZEVEDO, Carlos & ZAGO Jr, Guerino. 1989. *Do Tear ao Computador*. Ed. Política. Rio de Janeiro.

ARRIGHI Giovanni. 1996. *O Longo Século XX*. Ed. UNESP - Contraponto. Rio de Janeiro.

BARNET, Richard J. & MÜLLER, Ronald. 1974. *Poder Global*. Ed. Record. Rio de Janeiro.

BOBBIO, Norberto. 1990. *Liberalismo e Democracia*. Ed. Brasiliense. São Paulo.

BENEVIDES, Fernando Corrêa de Sá e./A 1994. *Liberalismo ou Sistema Nacional de Economia*. Mimeo. Rio de Janeiro.

BENEVIDES, Fernando Corrêa de Sá e./B. 1994. *A Crise do Capitalismo e o Falso Problema do Estado Nacional*. Mimeo. Rio de Janeiro.

CHILDERS, Erskine. 1997. "The United Nations and Global Institutions: Discourse and Reality" in *Global Governance*, volume 3, number 3, Sep.-Dec. 1997. Lianne Rienner Publishers. Boulder, CO. USA.

CHOMLDI, Noam. 1996. *Novas e velhas ordens mundiais*. Ed. Scritta. São Paulo.

CASANOVA, Pablo Gonzalez. 1995. *O colonialismo Global e a Democracia*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

D'ALBUQUERQUE, A. Tenório. 1941. *Atentados contra o Brasil*. Gráfica Labor. Rio de Janeiro.

EVANS, Peter. 1980. *A Tríplice Aliança*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

FERRO, Marc. 1996. *A História das Colonizações. Das conquistas às independências. Séculos XVIII a XX*. Ed. Companhia das Letras. São Paulo.

FRANK, André Gunder. 1980. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*. Ed. Brasiliense. São Paulo.

FORRESTER, Viviane. 1997. *O Horror Econômico*. Editora UNESP. São Paulo.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Março de 1993. "Inovação Tecnológica e Poder" in *Política Externa* Vol 1. Nº4.

GILPIN, Robert. 1993. "A Nova Ordem Política e Econômica Mundial" in *A Nova Ordem Mundial em Questão*. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Reinaldo. 1994. *Transformações Globais, Empresas Transnacionais e Competitividade Internacional do Brasil*. Nº 320. Instituto de Economia Industrial – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JOUVENEL, Bertrand de. 1978. *As Origens do Estado Moderno*. Ed. Zahar. Rio de Janeiro.

KURZ, Robert. 1997. *Os Últimos Combates*. 2ª edição. Ed. Vozes. Petrópolis.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. 1988. “A Técnica e o Mundo no Pensamento da Terra”, *Revista Filosófica Brasileira*. Nº 2, Vol IV. Outubro de 1988. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

LOCKE, John. 1973. *Segundo Tratado sobre o Governo* in Coleção os Pensadores. Vol. XVIII. Ed. Abril. São Paulo.

MAGALHÃES, João Paulo de. 1996. *Causas da Inviabilização Econômica da América Portuguesa*. Ed. Paz e Terra. São Paulo.

MORIN, Edgar & KERN, Anne Brigitte. 1995. *Terra-Pátria*. Editora Sulina. Porto Alegre.

_____. 1996. *Ciência com Consciência*. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

PAULO II, João. 1991. *Carta Encíclica Centesimus Annus*. Edições. Loyola. São Paulo.

POLANYI, Karl. 1988. *A Grande Transformação*. Ed. Campus. Rio de Janeiro.

SKLAIR, Leslie. 1995 *Sociologia do Sistema Global*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro.

SOBRINHO, Barbosa Lima. 1995. *Desde Quando somos Nacionalistas?* Ed. Vozes. Petrópolis.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1986. *As Razões da Independência*. Ed. DIFEL. São Paulo. São Paulo.

VIDAL, José Walter Bautista. 1997. *A Reconquista do Brasil*. Ed. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro.